

# Plataforma vai monitorar R\$ 380 bi em transferências da União

## STF decide hoje tese sobre alegação final de delatado

Página 4

## MP deve ampliar créditos para financiamento do agronegócio

Página 3

### EUA e China devem retomar negociações comerciais

Uma autoridade da Casa Branca informou que os Estados Unidos (EUA) e a China vão retomar negociações comerciais em nível ministerial em Washington na semana que vem.

Na terça-feira (1º), o conselheiro de Comércio Exterior da Casa Branca, Peter Navarro, declarou, em um programa da FOX TV, que o representante americano iria se encontrar com o vice-premiê chinês, Liu He, em 10 de outubro.

Estas serão as primeiras negociações em nível ministerial desde os encontros mantidos em Xangai, em julho. Liu deve se encontrar com o representante do Comércio dos EUA, Robert Lighthizer. **Página 3**

### OMC reduz perspectivas para o comércio global em 2019

A Organização Mundial do Comércio (OMC) reduziu significativamente suas previsões para o comércio global neste ano devido à disputa comercial entre Estados Unidos (EUA) e China, além de outros fatores.

A OMC divulgou suas previsões atualizadas na terça-feira (1º). A organização espera que o volume de comércio de mercadorias no mundo aumente 1,2% em 2019.

Isso é uma redução significativa em relação à estimativa de abril, de 2,6%, e um crescimento muito menor que os 3% registrados no ano passado. **Página 3**

### Previsão do Tempo

**Quinta:** Sol e aumento de nuvens. Pancadas de chuva à tarde. À noite, muitas nuvens, mas sem chuva.

**Manhã:** **Tarde:** **Noite:**

Fonte: Climatempo

### DÓLAR

Comercial  
Compra: 4,13  
Venda: 4,13

Turismo  
Compra: 4,11  
Venda: 4,36

EURO  
Compra: 4,52  
Venda: 4,53

## Incêndios na Amazônia afetam crianças e custam R\$ 1,5 milhão ao SUS



Incêndios na Amazônia

Pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) divulgaram na quarta-feira (2) resultados de um estudo sobre os efeitos que as queimadas na região na Amazônia Legal têm provoca-

do sobre a saúde infantil. Os dados mostram que, entre maio e junho deste ano, as internações de crianças com menos de 10 anos que apresentavam problemas respiratórios chegaram a 5.091, o dobro em relação à média calculada para o mesmo período na série histórica dos

últimos dez anos.

Esse aumento, puxado por aproximadamente 100 municípios situados próximos a áreas mais afetadas por incêndios, representa um custo excedente de aproximadamente R\$ 1,5 milhão ao Sistema Único de Saúde (SUS). Foram 2.502 internações acima do esperado. Cada internação dura em média quatro dias, custando R\$ 630. Em cinco cidades, o número de internações foi cinco vezes maior do que a média observada nos meses de maio e junho entre 2008 e 2018: Santo Antônio do Tauá, Ourilândia do Norte e Bannach, no Pará; Santa Luzia d'Oeste, em Rondônia; e Comodoro, em Mato Grosso.

Isso é só de internações em hospitais que atendem pelo SUS. Não estão sendo contabilizados aí o atendimento em pequenas unidades de saúde, nem os atendimentos domiciliares pelo médico de família, por exemplo. **Página 4**

Uma plataforma digital vai reunir todos os dados de transferências da União para estados, municípios e organizações da sociedade civil. Até o final de 2022, a estimativa é que a plataforma reunirá dados de 29 modalidades de transferências da União, totalizando cerca de R\$ 380 bilhões.

A criação da Plataforma +Brasil foi feita por meio do Decreto nº 10.035, publicado na quarta-feira (2) no Diário Oficial da União (DOU).

A plataforma começa a fun-

cionar com dados das transferências voluntárias da União, por meio de informações do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Convênios (Siconv). O montante repassado pela União para a realização de convênios e contratos de repasse movimentam aproximadamente R\$ 9,8 bilhões ao ano. Em novembro, serão incluídos o Fundo Penitenciário, o Fundo de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Fundo de Amparo ao Trabalhador, totalizando cerca de R\$ 2,5 bilhões ao ano. **Página 3**

### Brasil utiliza 30% dos rios para transporte comercial, diz CNT

Um estudo da Confederação Nacional do Transporte (CNT) divulgado na quarta-feira (2) mostra que o Brasil utiliza um terço dos 63 mil quilômetros navegáveis dos rios. Atualmente,

o país utiliza 19 mil km, ou seja, 30,9% da malha hidroviária para o transporte comercial (de cargas e passageiros). Com isso, apenas 5% da movimentação de cargas é feita pelos rios. **Página 6**

### Polícia Federal apura possível crime ambiental em litoral brasileiro

Página 4

### “Estamos fazendo o dever de casa”, diz Bolsonaro sobre Previdência

O presidente Jair Bolsonaro disse na quarta-feira (2) que a aprovação da reforma da Previdência é uma maneira de dar um sinal que “estamos fazendo o dever de casa” para a retomada de investimentos e o equilíbrio das contas públicas

do país. Ao deixar o Palácio da Alvorada, nesta manhã, Bolsonaro comentou a aprovação em primeiro turno, na terça-feira (1º) no Senado, do texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma as aposentadorias. **Página 3**

## Esporte

# Medina volta a vestir a lycra amarela no CT da França

O bicampeão mundial Gabriel Medina e Filipe Toledo chegam na “perna europeia” do World Surf League Championship Tour na frente da corrida pelo título mundial na reta final da temporada

Teve início na quarta-feira o prazo da primeira das duas etapas seguidas da “perna europeia” do World Surf League Championship Tour na França e Portugal, últimas paradas antes do encerramento da temporada no Havaí. O Quiksilver Pro France vai até o dia 13 em Hossegor e de 16 a 28 de outubro tem o MEO Rip Curl Pro Portugal em Peniche. O bicampeão mundial Gabriel Medina e Filipe Toledo, abriam vantagem na dianteira da corrida pelo título de 2019 e apenas dois surfistas vão brigar pela liderança com eles na França, o sul-africano Jordy Smith e o americano Kolohe Andino.

Medina volta a vestir a lycra amarela do Jeep Leaderboard que só usou na primeira etapa do ano, quando a passou para o potiguar Italo Ferreira, campeão na Gold Coast, Austrália. Assim como nos tempos de tubos de Teahupo, no Taiti, Gabriel tem um ótimo retrospecto em um dos beach breaks mais poderosos do mundo. Foi na França que ele surgiu numa competição Grommes realizada junto com o Quiksilver Pro France, chamando a atenção de Kelly Slater, impressionado com os aéreatos dele que ganharam várias notas 10 na bateria final.

Naquele mesmo ano de 2009, o novo fenômeno do

surfe mundial se tornou o mais jovem da história do WSL Qualifying Series a vencer uma etapa, com apenas 15 anos de idade, batendo o ídolo da época, Neco Padaratz, na casa dele na Praia Mole de Florianópolis (SC). Com 17, Medina entrou na elite mundial no meio da temporada 2011 e já conquistou sua primeira vitória em seu segundo evento competindo contra os melhores surfistas do mundo. Foi lá mesmo em Hossegor, derrotando o australiano Julian Wilson na final.

Depois, ele decidiu o título do Quiksilver Pro France mais quatro vezes, quase ano sim, ano não. Em 2013, perdeu para Mick Fanning, mas em 2015 iniciou uma série de três finais seguidas. Ela começa com Medina sendo bicampeão contra outro australiano, Bode Durbridge. Em 2016, era o favorito contra Keanu Asing, só que o havaiano conseguiu sua única vitória no CT, mas em 2017 festejou o tricampeonato contra outro havaiano, Sebastian Zietz. No ano passado, Julian Wilson vingou aquela derrota de 2011, barrando o fenômeno nas semifinais. E nos outros dois anos, 2012 e 2014, ficou em quinto lugar nas quartas de final.

Filipe Toledo entrou no CT dois anos depois do bicampeão mundial e seu melhor resultado em Hossegor foi logo em sua



Gabriel Medina

primeira temporada na elite em 2013, quando ficou em terceiro lugar, caindo nas semifinais para o próprio Medina. Em 2014, perdeu outro duelo brasileiro para o potiguar Jackson André e terminou em nono lugar. Depois, não passou nenhuma bateria em 2015, em 2016 ficou em quinto nas quartas de final, em 2017 terminou em último de novo e em 2018 só venceu uma bateria, acabando em 17.º lugar.

**BRIGA PELA LIDERANÇA** – Entre os quatro concorrentes pela ponta do ranking no Quiksilver Pro France, o primeiro a competir será o californiano Kolohe Andino, que ocupa a quarta posição e já necessita da vitória em Hossegor para ultrapassar a pontuação de Medina. Ele está na terceira bateria com o catariense Yago Dora e o ita-

liano Leonardo Fioravanti voltando de contusão. O sul-africano Jordy Smith, terceiro do ranking, entra na seguinte com o havaiano Jordy Smith e um dos franceses convidados para esta etapa, Jorgann Couzinet. Para superar Medina, Jordy precisa no mínimo de um quinto lugar, ou seja, chegar nas quartas de final.

Já a disputa entre o líder e Filipe Toledo é fase a fase, então ficará na frente quem obtiver o melhor resultado na França. Com o bicampeonato no Freshwater Pro na piscina do Surf Ranch, Medina atingiu 44.695 pontos no ranking, contra 44.400 do Filipe, vice-campeão na Califórnia igualmente pelo segundo ano consecutivo. Filipe estreia na quinta bateria contra dois franceses, Joan Duru e Marc Lacomare. Já Medina

volta a competir com a lycra amarela do Jeep Leaderboard no confronto seguinte, contra o cearense Michael Rodrigues e outro convidado da França, o jovem Marco Mignot.

**MINEIRINHO FORA** – A “seleção brasileira” não terá mais o seu capitão nesta temporada. O campeão mundial Adriano de Souza voltou a sentir a contusão no joelho sofrida no ano passado e já anunciou em suas redes sociais, que só voltará a competir em 2020. Com isso, o também paulista Caio Ibelli, vai substituir Mineirinho no time verde-amarelo nestas três últimas etapas do ano. Caio será o primeiro brasileiro a competir no Quiksilver Pro France, junto com o potiguar Italo Ferreira na segunda bateria, completada pelo português Frederico Morais.

O Quiksilver e o Roxy Pro France serão transmitidos ao vivo pelo www.worldsurfleague.com e pelo Facebook Live e pelo aplicativo do World Surf League. No Brasil, os canais ESPN também irão transmitir toda a competição ao vivo da França, onde o fuso horário é de 4 horas a mais do de Brasília. Geralmente, a primeira chamada de cada dia é marcada para as 8 horas em Hossegor, que no Brasil serão 4 horas da madrugada.

# SP e São Bernardo assinam convênio em infraestrutura urbana



**MÍDIAS**  
A coluna (diária) de política do cronista e jornalista CESAR NETO vem sendo publicada desde 1993. Na imprensa, pelo jornal "O DIA" (3ª mais antigo dos diários em São Paulo - SP). Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi um dos sites pioneiros no Brasil. No Twitter: @CesarNetoReal

**CÂMARA (SP)**  
Conforme antecipado nesta coluna, o vereador Adilson Amadeu foi apresentado pelo poderoso Milton Leite como filiado ao DEM (ex-PFL). Amadeu saiu suave do casamento com o PTB. Taxista de raiz, pode e deve conduzi-los pelo apoio à reeleição do prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB)

**PREFEITURA (SP)**  
... Entre os cenários pra prefeitura paulistana 2020, a ex-prefeita Marta tem namoros com PSB do ex-governador França e com o CIDADANIA (EX-PPS). Quanto ao Datena, não é tão impossível assim que o filho Dateninha possa ser candidato a vereador na Câmara paulistana, virando puxador de votos

**ASSEMBLEIA (SP)**  
Deputados do PODEMOS, sigla cujo dirigente estadual é o vereador Mario Covas (ex-PSDB) esperam crescimento monstro entre candidatas a vereadores, prefeitos e vices nas eleições 2020. O filho do governador Mario Covas pode chegar a 200 dos 645 municípios com candidaturas aos 3 cargos

**GOVERNO (SP)**  
Percebendo que a deputada federal Joice e o major Olímpio podem ou tomar o PSL paulista ou deixar a legenda da família Bolsonaro, João Doria (dono do PSDB 'de centro') movimentou-se pra atrair quem quiser se juntar ao ex-Bolsonarista, deputado federal Frota. Com ele, o DEM (ex-PFL)

**CONGRESSO (BR)**  
Guerras entre deputados federais e senadores, por mais espaços no governo Bolsonaro e mais recursos (municípios ou Estados) nas reformas da Previdência, Tributária e Pré-Sal (Petrobras). Na real, tá rolando uma goleada da velha e 'profissa' ética política contra quem chegam 'se achando'

**PRESIDÊNCIA (BR)**  
Se precisar mudar de partido (Presidentes, governadores, prefeitos e senadores não perdem a cadeira porque as eleições são majoritárias e não existe a fidelidade partidária que pega parlamentares nos 3 níveis), Jair Bolsonaro pode devolver ao ainda dono Bivar o nanismo do PSL

**PARTIDOS (BR)**  
O atual PSL é mais ou menos como empresas que nasceram em garagens e hoje são grandes. Se não se reinventar enquanto donos e/ou sócios preferenciais, além de investimentos digitais, suas estratégias serão mais virtuais que reais e o consumidor (eleitor) pode não comprar pela 2ª vez (2020)

**HISTÓRIAS**  
Embora tenha queijos e facas nas mãos, o candidato à reeleição Presidential Trump (USA) passa momentos de alta tensão, porque evolui rapidamente o processo de impeachment via DEMOCRATAS. Seria a 1ª vez na história, porque o também REPUB-LICANO Nixon renunciou antes de ser cassado

**EDITOR**  
A coluna (diária) de política do cronista e jornalista CESAR NETO foi se tornando referencial das liberdades possíveis. Recebeu a "Medalha Anchieta" da Câmara Municipal de São Paulo e o "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. EMAIL cesar@cesarneto.com

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação  
Viaduto 9 de Julho, 180  
1º andar - Sala 12  
CEP: 01050-060  
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line  
Mensal: R\$ 20,00  
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal  
Balancos, Atas e Convocações  
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa  
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária  
Exemplar do dia: R\$ 3,00

Jornalista Responsável  
Márcia Augusta V. Ferreira  
Mtb. 19.548

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br  
Site: www.jornalodiasp.com.br

O Governador João Doria assinou, na quarta-feira (2), o maior convênio da história em infraestrutura urbana, da antiga Secretaria de Planejamento, atualmente com ações realizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

A assinatura contou com a presença do Secretário Marco Vinholi, e do Prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando. O valor do convênio é de mais de R\$ 30 milhões. Serão três etapas de repasses de recursos, sendo uma parcela de R\$ 6 milhões e outras duas parcelas de R\$ 12 milhões. As obras têm início após a formalização do convênio e cumprimento de trâmite administrativo.

O anúncio foi feito na assinatura de outro convênio formalizado nesta quarta-feira, a solenidade de início das obras da Fábrica da Cultura, no antigo "Museu do Trabalhador". Mais cedo, o Governador inaugurou a Farmácia de Medicamentos Especializados (FME) em São Caetano do Sul. A inauguração da unidade faz parte do projeto de descentralização da entrega de medicamentos de alto custo na região do ABC.

No local da Fábrica da Cultura serão investidos R\$ 4,5 milhões da prefeitura e mais de R\$

14 milhões do governo do Estado. "Aqui será um mega equipamento da Fábrica de Cultura. São 12 mil metros quadrados e não há um equipamento do programa com essa dimensão. Será referência em São Paulo", explicou o Governador João Doria.

"Esse é um importante convênio para a cultura do ABC Paulista. Além disso, em um trabalho feito desde o início do ano, assinamos hoje um convênio de R\$ 30 milhões para contêineres em encostas e possibilitar mais dignidade, segurança e uma vida mais saudável para famílias de São Bernardo do Campo", completou o Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi.

O convênio tem como objetivo a transferência de recursos financeiros para execução de obra de recuperação das contenções em diversos locais do município, como o Bairro Ferrazópolis, a Vila São José, a Vila do Tanque, o Bairro Cooperativa, Riacho Grande e Jardim Silvana.

Os serviços a serem executados contemplam instalação de lona para impermeabilização, obras de contenção, drenagem, pavimentação asfáltica, armação de estruturas de concreto armado, sinalização de trânsito, entre outras.

## SP Gastronomia começa e prevê mais de 200 atrações em todo o Estado

O Governador João Doria participou da abertura oficial do SP Gastronomia, na noite de terça-feira (1º), no Museu da Casa Brasileira, na capital paulista. O maior e mais inovador programa de ações e eventos gastronômicos do Brasil tem programação que envolve 16 regiões do Estado de São Paulo e vai até 31 de outubro.

O SP Gastronomia vai promover competições gastronômicas, cursos e palestras com chefs consagrados, menus especiais a preços acessíveis, exibição de filmes com degustações

temáticas, exposições, feira literária, cardápios elaborados por chefs renomados a R\$ 1 na rede Bom Prato, programação cultural em museus, bibliotecas e Fábricas de Cultura, festivais e ações sobre educação alimentar. A programação completa está no site do evento: spgastronomia.sp.gov.br.

O Governador destacou o potencial gastronômico do Estado e a variedade de sabores presente em todas as regiões, resultado das diversas referências que São Paulo recebeu ao longo de sua história. Segundo, João Doria, o SP Gastronomia vai consolidar ainda mais a relevância do Estado no segmento.

"[São Paulo tem], na diversidade, a melhor gastronomia da América Latina, sem com isso desmerecer ou diminuir nenhum outro país do nosso continente. Mas na diversidade não há outro que não São Paulo, como Estado, a oferecer uma variação tão grande e tão expressiva", afirmou João Doria.

O projeto é organizado e promovido pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de

## Casa das Rosas recebe ações culturais e educativas no Outubro Rosa

A Casa das Rosas, na capital paulista, vai receber até dia 20 uma série de atividades culturais e educativas sobre o câncer e diagnósticos para o controle e diagnóstico da doença (o Outubro Rosa), a Casa abriu espaço para o movimento Coletivo Pink apresentar à sua maneira as múltiplas formas de se abordar o tema.

O propósito do Coletivo Pink - Por um Outubro Além do Rosa é encontrar formas de dialogar com toda a sociedade e dar voz para quem enfrenta o câncer de mama. Esse tipo de tumor é a maior causa de morte por tumores em mulheres no Brasil e também em São Paulo. O diagnóstico precoce é essencial para o tratamento e impedir a evolução da doença.

Para algumas atividades é necessário fazer inscrição pelo site do evento. Abaixo, alguns dos eventos programados:

1ª semana (de 1º a 6 de outubro)

Tema: Meu corpo em cena - Da prevenção do câncer ao enfrentamento da doença

- Automaquiagem
- Oficina deervas medicinais
- Aula Coletiva de Ioga

2ª semana (8 a 13)

Tema: Pensando e Racionalizado sobre câncer de mama e metástase - Mente e informação

- Oficina de fotografia para celular
- Escrita criativa

3ª semana (15 a 20)

Tema: Emoções e saúde - Qual é o impacto desse aspecto no tratamento e na recuperação do paciente?

- Oficina de feltrogram
- Danças circulares



Casa das Rosas

Os principais tabus enfrentados pelas pacientes ao longo do tratamento.

"A opção de abordar o câncer de mama por meio da arte passa pela percepção de que a doença vai além do corpo. Estamos falando de mulheres que se informam e vivem emoções durante o tratamento. Por isso, é fundamental ter um olhar integral, que leva em conta todos os aspectos do ser humano", diz a diretora médica da Pfizer, Márgari Dulcine.

contra o Câncer (TJCC), Instituto Frida Galera e Pfizer.

"Em um mês como esse, no qual tanto se fala sobre prevenção, nosso olhar também precisa estar voltado para quem está enfrentando o tumor, seja em fase inicial ou metastática, de modo que todas essas pessoas se sintam acolhidas e representadas", afirma a presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz.

São parceiros da ação o Instituto Oncoguia, Instituto Vencer o Câncer (IVOC), Amor e União Contra o Câncer (AMUCC), Fundação Laço Rosa, Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (Imama), Fundação Nossa Casa, Meninas de Peito, Todos Juntos

**Destques da programação**  
O evento começou na terça-feira (1º). Casa semana aborda uma temática. Durante todo o período há uma programação regular, com shows, exibição de filmes, além de corte de cabelo solidário (quem tem cabelo com pelo menos 20 centímetros de comprimento poderá doar os fios, que depois serão usados para confeccionar perucas e pa-

**Serviço Coletivo Pink - Por um Outubro Além do Rosa**  
Local: Casa das Rosas - Avenida Paulista, 37, Bela Vista, São Paulo (Metro Brigadeiro)

Quando: De 1º a 20 de outubro

Horário: terça-feira a sábado, das 10h às 22h; domingo, das 10h às 18h

Inscrições e informações: www.coletivopink.com.br

## Brasil poderá receber tradução de famoso livro sobre governança

"Muitas Vozes Uma Canção", dos autores Ted Rau e Jerry Koch-Gonzalez, conta com campanha de financiamento coletivo para lançamento em português.

Colaboração e coletividade são conceitos com significados próximos à palavra sociocracia, onde o objetivo principal é a forma de governar na qual as decisões são tomadas com base no consentimento, envolvendo, direta ou indiretamente (por meio da representação), pessoas afetadas pelas próprias determinações. O livro "Many Voices One Song" detalha, de forma simples e objetiva, como

implementar a sociocracia e a autogestão por meio da Sociocracia" detalha, de forma simples e objetiva, como implementar a sociocracia e incentivar autonomia nas pessoas em universos corporativos. Os autores Ted Rau e Jerry Koch-Gonzalez, fundadores da Sociocracy For All (SoFA) - uma organização sem fins lucrativos criada para difundir a sociocracia pelo mundo todo, já trazem na obra, a ideia central do conceito: ouvir e integrar a diversidade de ideias e opiniões por meio da equivalência. "Quando escutamos o outro, abrimos espaço para uma maior conexão e resolução. Ouvir a voz

de pessoas afetadas assegura maior propriedade na hora da tomada de decisões", explica Tanya Stergiou, uma das fundadoras da Sociocracia Brasil

**Impacto social a partir da venda dos livros**  
A obra "Muitas Vozes Uma Canção" faz parte do projeto Um por Um, da editora. Consiste em reverter parte da renda obtida com a venda dos livros à promoção de atividades e encontros literários com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, como forma de despertar uma cultura leitora e prover novas perspectivas de futuro.



# Plataforma vai monitorar R\$ 380 bi em transferências da União

Uma plataforma digital vai reunir todos os dados de transferências da União para estados, municípios e organizações da sociedade civil. Até o final de 2022, a estimativa é que a plataforma reunirá dados de 29 modalidades de transferências da União, totalizando cerca de R\$ 380 bilhões.

A criação da Plataforma +Brasil foi feita por meio do Decreto nº 10.035, publicado na quarta-feira (2) no Diário Oficial da União (DOU).

A plataforma começa a funcionar com dados das transferências voluntárias da União, por meio de informações do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). O montante repassado pela União para a realização de convênios e contratos de repasse movimentaram aproximadamente R\$ 9,8 bilhões ao ano. Em novembro, serão incluídos o Fundo Penitenciário, o Fundo de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Fundo de Amparo ao Trabalhador, totalizando cerca de R\$ 2,5 bilhões ao ano. Em seguida, ainda em 2019, serão incluídos os termos de compromisso que operacionalizam obras e o termo simplificado do

Fundo de Direitos Difusos.

De acordo com o secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert, a plataforma gera ganhos de eficiência, reduzindo a burocracia, e de transparência. "É uma plataforma digitalizada, que acaba com tramitação de processos em papel. Desde o projeto de trabalho, a licitação, até a transferência dos recursos e a prestação de contas, com as notas fiscais que comprovam o gasto do recurso, será feita por dentro da plataforma. Isso dá rastreabilidade", disse à Agência Brasil.

De acordo com Heckert, a plataforma era uma demanda dos prefeitos, porque lidam atualmente com 29 modalidades diferentes de repasses da União. "Os prefeitos recebem o dinheiro da saúde de um jeito, da educação de outro, da cultura de outro, de uma obra de outro, e cada um com sistemática de aplicação e prestação de contas diferentes. Então, para eles também é um grande ganho ter tudo isso numa única plataforma tecnológica, traz muito ganho de produtividade para a prefeitura", destacou.

O secretário explicou que está sendo feita capacitação para que os técnicos dos governos

estaduais e municipais possam usar a plataforma. Foram treinados 720 servidores para serem multiplicadores do conhecimento nos estados. Também foram feitos treinamentos por cursos à distância. "Temos o esforço de capacitação de todos que operam esses recursos", disse Heckert.

## Convênios

Atualmente, a plataforma engloba três painéis gerenciais: o Painel Transferências Abertas +Brasil, o Painel de Obras +Brasil e o Painel de Indicadores +Brasil. Por meio dos painéis é possível consultar dados sobre valor contratado para realização de convênios, saldo em conta, prestação de contas, situação das obras em andamento, índice de desempenho de gestão do município, entre outros.

A Plataforma +Brasil também é integrada a tecnologias como o APP mobile Fiscalização +Brasil e o APP Cidadão +Brasil. Os aplicativos permitem o envio de fotos com sistema georreferencial (confirmação do local) para a fiscalização de obras e para indicar necessidades de políticas públicas nos municípios. "Os aplicativos integrados permitem que o cidadão

faça o controle dos gastos", disse o secretário.

Segundo o secretário, também serão integradas à plataforma a ferramenta para auxiliar na prestação de contas. Neste ano, o Ministério da Economia, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), criou o sistema Malha fina dos convênios, que tem como objetivo analisar a prestação de contas dos repasses de recursos federais com o uso de inteligência artificial. A prestação automatizada reduzirá em 90% tempo de análise de contas, segundo a Secretaria de Gestão.

De acordo com Heckert, antes da criação da ferramenta todas as análises de conta eram tratadas da mesma forma, fosse ela de valor menor ou maior. Agora, por meio da inteligência artificial, as prestações de conta são avaliadas de acordo com o grau de risco de haver irregularidade, que vai de 0 a 1. A análise considera dados como volume de recursos e o histórico do município na gestão do dinheiro. "Isso permite ao gestor um tratamento diferenciado. Aquelas contas que têm risco maior o gestor vai fazer uma análise mais minuciosa", disse. (Agência Brasil)

## INTERNACIONAL

### EUA e China devem retomar negociações comerciais

Uma autoridade da Casa Branca informou que os Estados Unidos (EUA) e a China vão retomar negociações comerciais em nível ministerial em Washington na semana que vem.

Na terça-feira (1º), o conselheiro de Comércio Exterior da Casa Branca, Peter Navarro, declarou, em um programa da FOX TV, que o representante americano iria se encontrar com o vice-premiê chinês, Liu He, em 10 de outubro.

Estas serão as primeiras negociações em nível ministerial desde os encontros mantidos em Xangai, em julho. Liu deve se encontrar com o representante do Comércio dos EUA, Robert Lighthizer.

Washington e Pequim têm imposto tarifas cada vez mais altas entre si e agora a disputa comercial está causando impacto em suas economias.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, está ansioso para pedir à China que compre mais produtos agrícolas americanos. Isso levou a especulações de que os dois lados irão discutir um acordo temporário na área de comércio de bens agrícolas. Algumas autoridades linha-dura do governo Trump, no entanto, querem que seja feito um acordo mais abrangente, também cobrindo as supostas violações chinesas aos direitos de propriedade intelectual. (Agência Brasil)

### OMC reduz perspectivas para o comércio global em 2019

A Organização Mundial do Comércio (OMC) reduziu significativamente suas previsões para o comércio global neste ano devido à disputa comercial entre Estados Unidos (EUA) e China, além de outros fatores.

A OMC divulgou suas previsões atualizadas na terça-feira (1º). A organização espera que o volume de comércio de mercadorias no mundo aumente 1,2% em 2019.

Isso é uma redução significativa em relação à estimativa de abril, de 2,6%, e um crescimento muito menor que os 3% registrados no ano passado.

Representantes da OMC mencionaram o aumento das tensões comerciais entre EUA e China e incertezas com relação ao plano do Reino Unido de saída da União Europeia. (Agência Brasil)

### MP deve ampliar créditos para financiamento do agronegócio

Foi publicada na quarta-feira, (2), no Diário Oficial da União (DOU), a medida provisória que deve ampliar em R\$ 5 bilhões os créditos de financiamento para o agronegócio no Brasil. Segundo o Ministério da Agricultura, além de dar condições para a redução de juros, por meio da ampliação e da melhoria das garantias para operações de crédito rural, a MP 897/19 vai expandir financiamentos e aumentar a competição no crédito rural.

Com a MP, o governo quer que outros agentes financeiros, além dos bancos, também possam financiar a produção. Ao instituir o Fundo de Aval Fraternal (FAF), a MP pretende dar aos produtores "garantias solidárias" para a renegociação de dívidas e para a construção de estruturas para a armazenagem de cereais.

"Para operacionalização do FAF, os produtores devem fornecer o crédito. O aval coletivo será dado pelos produtores associados, por integrantes da cadeia produtiva, como fornecedores de insumos e beneficiadores de produtos agropecuários, e pelas instituições financeiras", informou o ministério.

"Isso é um banco de financiamento", disse o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, ontem (1º), durante a cerimônia que apresentou a MP, no Palácio do Planalto.

O fundo poderá ser criado com a participação de dois a dez produtores. Cada produtor pode entrar com até 4% do financiamento total solicitado. Também podem participar credores e até instituições financeiras. A ideia é que o fundo sirva de garantia subsidiária para o pagamento de dívida, ou seja, depois que as garantias reais ou pessoais do devedor sejam acionadas.

"Se participarmos do mesmo FAF e você deixa de pagar, o fundo comum fica comprometido. A ideia é que é mais difícil você ficar inadimplente com o seu vizinho do que com o banco", explicou o subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente da Secretaria de Política Econômica, Rogério Boueri, na cerimô-

nia no Planalto. "Temos a convicção de que os bancos vão olhar essas tratativas com outros olhos", acrescentou.

A MP trata também do patrimônio de afetação de propriedades rurais; da Cédula Imobiliária Rural (CIR); de títulos de crédito do agronegócio; e de subvenção econômica para empresas cerealistas em operações de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, equaliza taxas de juros para instituições financeiras privadas.

## Garantia

A MP permitirá ao produtor rural desmembrar sua propriedade como forma de dar, como garantia para as operações de crédito, apenas um pedaço de sua propriedade. De acordo com o Ministério da Economia, até então o produtor precisaria oferecer o imóvel todo como garantia, o que, em muitos casos, tem valor maior do que o financiado.

A partir do desdobramento do patrimônio de afetação, a MP institui a chamada Cédula Imobiliária Rural, que será emitida por proprietários de imóveis rurais e que poderá ser negociada no mercado de títulos e valores mobiliários. A CIR será registrada em entidade autorizada pelo Banco Central.

Segundo o subsecretário Rogério Boueri, tais medidas criam condições para reduzir a taxa de juros "por meio da ampliação das garantias oferecidas em operações de crédito rural".

## Crédito

A MP também permite a utilização de diversos tipos de agrícolas para expandir o financiamento do agronegócio. A ideia é buscar o dinheiro no mercado de capitais, usando, entre outros títulos, a Cédula de Produto Rural (CPR).

Outro ponto é a subvenção econômica (uma forma de ajuda) para que empresas que produzem cereais possam financiar obras, adquirir máquinas e equipamentos necessários à construção de armazéns e a expandir a capacidade de armazenagem de grãos. (Agência Brasil)

## Entra em vigor protocolo que facilita registro internacional de marcas

Entrou em vigor na quarta-feira (2), no Brasil, o chamado Protocolo de Madri. O tratado internacional ao qual o país aderiu no início de julho estabelece as regras para o registro internacional de marcas, facilitando os trâmites burocráticos para as empresas dos atuais 105 países-membros passarem suas marcas nos demais países signatários do protocolo.

Segundo o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), o Protocolo de Madri simplifica o processo de registro de marcas, já que os solicitantes passam a trabalhar com apenas um pedido internacional. Esta simplificação reduz custos e permite aos interessados conhecer o conjunto de marcas registradas em todos os países signatários em uma única plataforma.

Além de acordo com o Inpi, em cada país-membro, o exame do pedido de marcas seguirá as legislações nacionais, mas, a partir da entrada em vigor do protocolo, a solicitação precisa ser avaliada em até 18 meses. O Inpi garante que, atualmente, consegue responder aos pedidos

de marcas em menos de oito meses.

A adesão brasileira ao pacto foi defendida pelo setor industrial, tendo inclusive sido apontada como uma das prioridades das propostas que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou aos candidatos à Presidência da República que disputaram as eleições de 2018. Para a entidade, esta era uma oportunidade que motivaria o Brasil a reduzir seus prazos para exame de pedido de registro de marca – o que, então, levava, em média, 24 meses, segundo a CNI. "A adesão do Brasil ao Protocolo de Madri beneficiará, em especial, empresas brasileiras de pequeno e médio portes, que passarão a ter suas marcas protegidas no exterior mais facilmente", aponta a entidade no documento com suas propostas.

A adesão brasileira ao tratado internacional foi proposta em junho de 2017, durante o governo do ex-presidente Michel Temer. A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado durante o primeiro

semestre deste ano. Ratificado pelo presidente Jair Bolsonaro no final de junho, a adesão do Brasil ao acordo foi formalizada no dia 2 de julho, quando o Brasil entregou o documento à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), em Genebra, na Suíça.

As regras do acordo estabelecem que os termos do acordo devem entrar em vigor três meses após o depósito do termo de adesão – no caso do Brasil, nesta quarta-feira.

Para o Itamaraty, a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri permitirá a "expansão da atividade de empresas brasileiras no exterior, além de melhorar o ambiente de negócios no Brasil". O diretor-geral da Ompi, o australiano Francis Gurry, saudou a decisão brasileira. Ao discursar durante a abertura da 59ª Assembleia Geral do órgão das Nações Unidas (ONU) responsável por tratar das questões de propriedade intelectual e que conta com 192 estados-membros, Gurry disse que, com a adesão brasileira, e a presença

do México entre os signatários do tratado, "as duas maiores economias da América Latina passam a pertencer ao sistema de Madri, o que nos traz a esperança de que outros países da região sigam o exemplo".

O sistema de Madri de registro internacional de marcas ao longo desde 1891, tendo passado por várias revisões ao longo de seus 128 anos de existência. Em 1989, foi criado o Protocolo de Madri a fim de tentar compatibilizar as regras do sistema às leis nacionais. Segundo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, o sistema de Madri garante proteção a uma mesma marca em todos os países signatários do tratado, graças à obtenção de um registro internacional.

De acordo com Gurry, apenas em 2018, o sistema de Madri recebeu 61.200 solicitações internacionais de registro de marcas, o que representa um crescimento de 6,4% em relação aos pedidos registrados em 2017. (Agência Brasil)

## Mudanças na distribuição de royalties mobiliza deputados do Rio

A possibilidade de mudança nos percentuais dos recursos financeiros recebidos pelo estado do Rio pela exploração do petróleo motivou deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) a se mobilizarem pela manutenção dos valores atuais. A lei que redistribui os royalties e os recursos de Participação Especial terá seu mérito julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) provavelmente no dia 20 de novembro.

Os ministros vão apreciar liminar concedida, em 2013, pela ministra Cármen Lúcia, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917, suspendendo a validade da Lei 12.734/2012, que redistribuiu os royalties do petróleo entre todos os municípios brasileiros. Caso o Supremo entenda que os municípios não

produtores devam receber um percentual maior e diminuir daqueles que sediam atividades de exploração, refino ou distribuição, as finanças fluminenses serão duramente afetadas, segundo os deputados da Alerj.

Para evitar que isso ocorra, eles criaram a Comissão Especial em Defesa dos Royalties de Petróleo, instalada nesta quarta-feira (2) e que pretende, entre outras ações, fazer uma apresentação técnica a liderança no Congresso e uma visita ao STF. Se, mesmo assim, o STF confirmar a alteração, o percentual que cabe a municípios produtores cairia de 26,5% para 4%, e o de Participações Especiais (PEs), de 10% para 4%. Em cinco anos, a perda para o estado do Rio chegaria a R\$ 70 bilhões, segundo os deputados.

De acordo com o presidente

da comissão, Dr. Serginho (PSL), a redistribuição para todo o país não vai alterar qualitativamente a vida dos demais municípios brasileiros, mas vai representar um duro golpe à economia fluminense, que luta para se recuperar de recente crise econômica e social.

"Redistribuir os royalties para outros estados não trará grandes impactos na economia deles, mas será o colapso e falência do Rio. A luta pelo seguimento do Rio é pelo Brasil como um todo", disse o deputado, em texto divulgado pela assessoria.

Além de Dr. Serginho, fazem parte da comissão os deputados Filipe Poubel (PSL), Rodrigo Bacellar (SDD), Delegado Carlos Augusto (PSD), Bruno Dauraire (PSC), Luiz Paulo (PSDB) e Subtenente Bernardo (PROS).

No dia 30 de setembro, a Alerj aprovou, por unanimidade, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, que concluiu que a situação econômica do estado do Rio não é favorável e pode se complicar ainda mais em 2020, podendo inclusive haver uma quebra das finanças, dependendo da decisão do STF em relação aos royalties. O relatório também apresentou mais de 100 sugestões ao governo do estado.

Os pagamentos de royalties e Participação Especial são referentes à compensação pelos impactos ambientais e sociais que a indústria petrolífera gera nos municípios, que são os primeiros a sofrerem, quando há um acidente na extração, no refino ou no transporte do petróleo. (Agência Brasil)

## "Estamos fazendo o dever de casa", diz Bolsonaro sobre Previdência

O presidente Jair Bolsonaro disse na quarta-feira (2) que a aprovação da reforma da Previdência é uma maneira de dar um sinal que "estamos fazendo o dever de casa" para a retomada de investimentos e o equilíbrio das contas públicas do país. Ao deixar o Palácio da Alvorada, nesta manhã, Bolsonaro

comentou a aprovação em primeiro turno, na terça-feira (1º) no Senado, do texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma as aposentadorias.

De acordo com o presidente, é uma "reforma necessária". "Não temos plano B, nem pra mim, nem pra ninguém. Os ou-

tros governos tentaram fazer e não conseguiram", disse aos apoiadores que o aguardavam na saída do Alvorada.

Após quatro horas de sessão, o plenário do Senado aprovou a proposta por 56 votos a favor, 19 contra e nenhuma abstenção. Eram necessários 49 votos, equivalentes a três quintos dos

senadores mais um, para que a medida avançasse.

A PEC ainda precisa ser aprovada em segundo turno para ser promulgada. A partir daí, as novas regras de aposentadoria, pensões e auxílios passam a valer. A expectativa é que isso aconteça antes do dia 10 deste mês. (Agência Brasil)

# Incêndios na Amazônia afetam crianças e custam R\$ 1,5 mi ao SUS

Pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) divulgaram na quarta-feira (2) resultados de um estudo sobre os efeitos que as queimadas na região na Amazônia Legal têm provocado sobre a saúde infantil. Os dados mostram que, entre maio e junho deste ano, as internações de crianças com menos de 10 anos que apresentavam problemas respiratórios chegaram a 5.091, o dobro em relação à média calculada para o mesmo período na série histórica dos últimos dez anos.

Esse aumento, puxado por aproximadamente 100 municípios situados próximos a áreas mais afetadas por incêndios, representa um custo excedente de aproximadamente R\$ 1,5 milhão ao Sistema Único de Saúde (SUS). Foram 2.502 internações acima do esperado. Cada internação dura em média quatro dias, custando R\$ 630. Em cinco ci-

dades, o número de internações foi cinco vezes maior do que a média observada nos meses de maio e junho entre 2008 e 2018: Santo Antônio do Tauá, Ouirilândia do Norte e Bannach, no Pará; Santa Luzia d'Oeste, em Rondônia; e Comodoro, em Mato Grosso. "Isso é só de internações em hospitais que atendem pelo SUS. Não estão sendo contabilizadas as de atendimento em pequenas unidades de saúde, nem os atendimentos domiciliares pelo médico de família, por exemplo. As internações na rede privada também não entram nessa conta", disse pesquisador da Fiocruz Christovam Barcellos.

O estudo foi realizado com base em informações públicas reunidas no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Departamento de Informática do SUS (DataSUS). Foi feita uma varredura para separar apenas os dados de internação hospitalar dos meses de maio e junho, o último período disponível. Ao

realizar esse procedimento, os pesquisadores também identificaram que a criança que vive em área mais próxima aos incêndios tem 36% mais chances de precisar se internar por problemas respiratórios.

O levantamento mostra ainda que, em cinco dos nove estados da região, houve aumento das mortes de crianças com menos de 10 anos hospitalizadas por problemas respiratórios. Em Roraima, por exemplo, houve 2.398 óbitos para cada grupo de 100 mil crianças entre janeiro e julho de 2019. No mesmo período do ano passado, a proporção foi de 1.427 para cada grupo de 100 mil.

## Queimadas

A Amazônia Legal corresponde a cerca de 61% do território brasileiro e engloba nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Maranhão. Nesta área, segundo o Instituto Brasileiro de Ge-

ografia e Estatística (IBGE), estão 772 municípios.

Os incêndios são comuns na Amazônia no período de seca, que se estende de maio a setembro. Nos últimos meses, o aumento das ocorrências gerou repercussão internacional. Para conter a situação, o presidente Jair Bolsonaro decretou, em 23 de agosto, a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) Ambiental para ampliar o trabalho de combate às queimadas e a investigação sobre suas origens.

Uma apuração em andamento verifica indícios de que fazendeiros se organizaram para atear fogo em áreas de floresta no sudoeste do Pará. Ontem (1º), um balanço divulgado pelo Ministério da Defesa informou que já foram aplicados R\$ 36,37 milhões em multas pela Operação Verde Brasil, que mobiliza as Forças Armadas, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico

Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Para Christovam Barcellos, parte desses recursos deveria cobrir os gastos excedentes com a saúde pública. "O Ibama aplica multas aos proprietários rurais por infrações relacionadas a queimadas e desmatamento. Por que não usar uma parte dessas multas para reassentamento ao SUS? Isso pode ser uma proposta", afirmou.

## Desafios

Os resultados do estudo foram reunidos em um informe técnico do Observatório de Clima e Saúde, coordenado pela Fiocruz.

De acordo com Christovam Barcellos, o informe alerta gestores e profissionais do SUS sobre a necessidade de programar atendimento a populações mais vulneráveis, idosos, indígenas e pessoas com doenças crônicas, além de crianças. Mesmo adultos com boa saúde são afetados. "É bom lembrar ao fazendeiro que provoca

um incêndio que o filho dele também está vulnerável", enfatizou o pesquisador.

Além disso, o estudo sugere reforço na atenção básica e na busca ativa, já que alguns grupos populacionais podem não ter acesso a hospitais. Segundo Christovam, embora as maiores cidades da região sejam bem estruturadas, há um grande contingente populacional na Amazônia que vive em pequenas comunidades agrícolas, em áreas de acesso remoto. "São locais onde a investigação sobre a incidência de doenças se torna mais difícil.

"Há pessoas que podem ter sofrido com asma e bronquite, mas não tiveram acesso a hospital. Os índios, muitas vezes, têm que andar dias, usar canoa, para chegar a uma cidade. E isso também exige mais investimentos do SUS. As equipes de médicos da família precisam se deslocar longas distâncias. Em alguns lugares, é preciso helicóptero", destacou. (Agência Brasil)

## STF decide hoje tese sobre alegação final de delatado

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na quarta-feira (2), pela aprovação de uma tese sobre a extensão da decisão que reconhece o direito de delatados a falar por último em processos criminais. O resultado do julgamento que reconheceu o direito dos delatados de anular várias condenações oriundas das investigações da Operação Lava Jato, segundo avaliação da força-tarefa de procuradores que atuam na operação.

A questão foi decidida na sessão desta tarde após três horas de debate. Na sessão desta quinta-feira (1º), os ministros devem votar o conteúdo da tese, que servirá de parâmetro para todos os processos criminais que estão em tramitação no país. Os ministros deverão decidir se a decisão será aplicada somente em processos em que houve delação premiada homologada pela Justiça e nos casos nos quais os advogados tenham recorrido a todas as instâncias antes de chegar ao STF.

Por 7 a 4, os ministros da Corte decidiram que advogados de delatados podem apresentar as alegações finais, última fase antes da sentença, após a manifestação da defesa dos delatores. Diante da possibilidade de o entendimento anular centenas de condenações em todo o país, o STF limitou os efeitos de sua decisão.

Atualmente, o prazo é simultâneo para as duas partes, conforme o Código de Processo Penal (CPP). Na prática, a maioria dos ministros entendeu que o delatado pode falar

por último nessa fase, mesmo não estando previsto em lei. O entendimento foi baseado no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Na sessão de hoje, foram proferidos os dois últimos votos. O ministro Marco Aurélio votou contra a anulação das condenações e o presidente, Dias Toffoli, entendeu que as defesas devem se manifestar por último no processo, mas sugeriu limites para concessão do benefício.

Em seu voto, Toffoli também rebateu críticas ao STF e disse que o combate à corrupção ocorre no Brasil graças ao trabalho da Corte. "É uma falácia dizer ao contrário, que essa Corte atua em sentido contrário, é uma desonestidade intelectual. Essa Corte defende o combate à corrupção, mantém as decisões tomadas, que foram feitas dentro dos princípios constitucionais, mas repudia os abusos e excessos e tentativas de criação de poderes paralelos e instituições paralelas", afirmou.

O caso foi discutido no habeas corpus em que a defesa do ex-gerente da Petrobras Márcio de Almeida Ferreira, condenado na Lava Jato a 10 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, pediu a anulação da sentença para apresentar novas alegações finais no processo que correu na Justiça Federal, em Curitiba. Com o resultado do julgamento, a condenação foi anulada, e o processo voltará à fase de alegações finais na Justiça Federal, em Curitiba. (Agência Brasil)

## Aras diz que PGR priorizará combate "intransigente à corrupção"

O recém-empossado procurador-geral da República, Augusto Aras, disse na quarta-feira (2) que "não há poder do Estado que esteja imune ao Ministério Público (MP)", e que deve priorizar durante sua gestão o combate "intransigente à corrupção".

Em solenidade de posse na sede da Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília, Aras, dirigindo-se ao presidente Jair Bolsonaro, presente à cerimônia, disse que "a sensibilidade e a experiência política de sua excelência, senhor presidente, sugere na ordem de prioridade das ações do Ministério Público o enfrentamento intransigente à corrupção".

"Antes, ele afirmou que o "Ministério Público recebeu da Assembleia Nacional Constituinte a missão de ser um dos vetores da nacionalidade, permeando sua atuação junto a todos os poderes e setores da sociedade". "Não há poder do Estado

que esteja imune à ação do Ministério Público".

Entre as operações de combate à corrupção, Aras citou nominalmente a Lava Jato, elogiando o ex-juiz Sérgio Moro, também presente à solenidade, antigo responsável por julgar os casos da operação, mas que largou a incumbência para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro.

Em seu discurso, Aras mencionou ainda que a PGR, atendendo às expectativas de Bolsonaro, que o nomeou, deve "ser um dos melhores instrumentos de desenvolvimento" para a economia. O novo procurador-geral afirmou também não ser concebível um MP que seja "contrário a nossa cultura judaico-cristã e omissa na defesa de nossas riquezas e de nossa gente".

### Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro,

disse que a escolha por Aras não foi fácil diante dos nomes que se apresentaram e da qualificação do quadro do MP. "Conversamos sim muitas vezes, algumas horas, sobre o que eu sonhava e o que nossa excelência também sonhava".

Bolsonaro fez ainda um apelo aos procuradores para que continuem atuando com independência, altivez e bons propósitos, mas que, se necessário, atuem numa correção de rumos agora, antes de promover uma ação futura de eventuais erros. "É importante investigar, fazer cumprir a lei, mas muitas vezes se nós não estivemos num caminho não muito certo, que muitas vezes estamos fazendo aquilo bem-intencionados, que possamos corrigir. Corrigir é muito melhor que uma possível sanção lá na frente".

### Solenidade

Aras já havia sido empos-

## Senado retoma votação da Previdência com rejeição de mudanças ao texto

O Senado retomou, no início da tarde da quarta-feira, a votação dos destaques à proposta de reforma da Previdência. Dois destaques já foram rejeitados.

O primeiro, do PDT, queria alterar a proposta de idade mínima para mulheres que, na PEC, passa a ser de 62 anos. O partido queria manter o critério atual, de 60 anos de idade. A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), e a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), foram a favor da rejeição argu-

mentando que a medida seja debatida na PEC Paralela, já em debate no Senado.

Outro destaque derrotado foi apresentado pelo PT. A proposta modificava a fórmula de cálculo de pensão por morte.

### Destaques retirados

Dos seis destaques que seriam submetidos ao plenário do Senado na quarta-feira (2), três foram retirados. O primeiro, do Pros, pretendia modificar a aposentadoria especial para os trabalhadores expostos a

agentes nocivos à saúde, mantendo a aposentaria sem idade mínima. A emenda, se aprovada, diminuiria a economia prevista com a reforma em R\$ 57,6 bilhões.

O segundo destaque retirado foi do MDB que regulava o pagamento de contribuição previdenciária de pensões de anistiados políticos.

O Podemos também voltou atrás na proposta que queria aliviar uma das regras de transição para servidores públicos e trabalhadores da ini-

ciativa privada, retirando o pedágio de 100% — que dobra o tempo de contribuição restante — para quem pela regra que combina idade mínima de 57 anos (mulher) e 60 anos (homem) mais o pedágio. Pelo acordo construído com o líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a proposta será discutida com a equipe econômica e voltará por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) autônoma. (Agência Brasil)

## Polícia Federal apura possível crime ambiental em litoral brasileiro

A Polícia Federal instaurou um inquérito para apurar a origem da substância, de aspecto oleoso, encontrada em diversas praias nordestinas. De acordo com informações divulgadas na quarta-feira (2) pela PF, a ação foi tomada assim que surgiram as primeiras notícias do aparecimento de manchas de óleo nas

praias ainda no mês de setembro. As investigações estão centradas na Superintendência Regional da PF no Rio Grande do Norte, contando com a participação das áreas de combate aos crimes ambientais, de inteligência e de perícia.

A Polícia Federal afirma que as diligências estão em

andamento e contam com a participação de diversas instituições, dentre elas o IBAMA, a Marinha do Brasil, Universidade Federal Rural de Pernambuco e o Ministério da Defesa (CENSIPAM).

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) monitora a situação desde o dia

2 de setembro. As manchas chegaram a todos os estados do Nordeste, com exceção da Bahia. Uma investigação do Ibama, com apoio do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aponta que o petróleo que está poluindo todas as praias seja o mesmo, e a origem não é do Brasil. (Agência Brasil)

### CADA DIA

### PICAZO

BANCOS COM MAIS DE US\$ 47 TRILHÕES EM ATIVOS ASSINAM COMPROMISSO COM ECONOMIA VERDE

DESENHO DIVULGAÇÃO INTERNET

www.jornalodiasp.com.br

## Operação contra corrupção na Receita prende 11 pessoas no Rio

Uma operação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Receita Federal deflagrada na quarta-feira (2) no Rio de Janeiro prendeu 11 pessoas suspeitas de participar de um esquema de servidores da Receita Federal que cobravam propinas para evitar multas e custos tributários.

Foram emitidos 14 mandados de prisão, mas duas pessoas estão no exterior e uma encen-

tra-se foragida.

Segundo a polícia, as investigações apontaram que os suspeitos tentaram obter vantagens junto aos réus da Operação Lava Jato. Ao detalhar o esquema, os órgãos envolvidos reforçaram em diversos momentos que os servidores não participavam diretamente das investigações da força-tarefa da Lava Jato no Rio. A atuação se restringia a calcular fatos tributários descobertos

pelos investigadores depois que essas informações já haviam se tornado públicas.

O superintendente regional em exercício da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Tácio Murzzi, destacou que, "em relação à Operação Lava Jato, não teve qualquer mácula".

A operação contou com 150 policiais federais e encontrou centenas de milhares de reais em espécie em diversos endereços

ligados aos investigados. Inicialmente, havia 29 mandados de busca e apreensão, mas outros dois foram emitidos ao longo do dia.

O corregedor da Receita Federal, Cristiano Pires Leme, disse que também serão abertos processos administrativos contra os servidores suspeitos de corrupção, que poderão ser exonerados e impedidos de voltar ao serviço público no futuro, mesmo se aprovados em concurso. (Agência Brasil)







